

**SOBRE POSIÇÕES INSTITUCIONAIS E SOBREPOSIÇÕES CULTURAIS: O CASO DO CONJUNTO PAISAGÍSTICO DO SÍTIO DA TRINDADE.**

Sérgio Lima Silva  
Mestrando em História  
UFRPE  
[sergiolima60@hotmail.com](mailto:sergiolima60@hotmail.com)

**OBJETIVO:** A presente pesquisa tem, como objetivo geral, identificar se há conflitos entre as determinações institucionais de tombamento, e os usos e práticas socioespaciais. Especificamente, buscar as origens históricas que possibilitaram a transformação de um local repleto de historicidade, num local de eventos cíclicos demarcados, e de festividades eventuais, apesar dos impedimentos legais; Entender a clara sobreposição cultural de interesse turístico/comercial, sobre o interesse dos fatos históricos inerentes ao local; Verificar se há uma preocupação da administração municipal, responsável pelo Sítio da Trindade, com a educação patrimonial.

**METODOLOGIA:** A metodologia a ser utilizada, buscará como fonte primária, o memorial descritivo de tombamento do Conjunto Paisagístico do Sítio da Trindade, face a necessidade de entender os critérios utilizados no processo de tombamento.

Trata-se de local onde, no século XVII (1630-1635), foi construído o Forte do Arraial do Bom Jesus, durante a luta de resistência ao avanço holandês para o interior do Estado. Posteriormente, no mesmo local, funcionou no casarão que pertenceu à família Trindade Perreti (de onde se originou o nome Sítio da Trindade), a sede do Movimento de Cultura Popular – MCP, responsável, além da divulgação e promoção da Cultura Popular, pela implementação do programa de educação de base e de adultos, tendo como coordenador o Professor Paulo Freire. Além da presença de escavação arqueológica promovida pelo Departamento de Arqueologia da UFPE, coordenada pelo Professor Marcos Albuquerque, atualmente protegida por um gradil.

Como fontes secundárias, utilizaremos pesquisa bibliográfica que justifique a fundamentação teórica, bem como forneça os dados necessários para o entendimento da formação histórica do local. Para entender a sobreposição cultural, será aplicada pesquisa qualitativa junto aos administradores do Conjunto Paisagístico, bem como junto ao público usuário, na tentativa de

medir até que ponto o local é mais conhecido pelos eventos, do que pela historicidade ali presente. Quanto aos usos e práticas atuais, para a sua devida análise, utilizaremos o método de observação não-estruturada, não participante, individual e sistemática, considerando os dias e horários do cotidiano do local e, principalmente, nos eventos cíclicos realizados nos meses de junho (festas juninas), e no mês de dezembro (festas natalinas), para tentar formar um quadro de uso e prática, na contemporaneidade, do local em estudo.

**RESULTADOS:** Como resultados, esperamos encontrar explicações, de alguma natureza, sobre a utilização e a prática de eventos diversos e cíclicos, num espaço paisagístico tombado, e porque um espaço patrimonializado seria um cenário ideal para a festividades e, talvez, demarcar teoricamente, como as sobreposições institucionais e culturais, são reforçados por esses usos e práticas.

As observações sobre os usos e práticas no referido espaço, decorrentes da intervenção institucional municipal, em que pese o tombamento federal (IPHAN), reforçam os problemas administrativos e legais, já mencionados, anteriormente por Ulpiano Menezes (2009), e os conflitos decorrentes dessa sobreposição institucional serão analisados nessa pesquisa.

Por outro lado, a utilização turística do espaço tombado, para a apresentação de manifestações culturais nos seus ciclos específicos, aprofunda o problema da sobreposição cultural, uma vez que a cultura popular permanece viva num espaço de exibição que se tornou tradicional, fazendo com que o público visitante desse período específico denota um desconhecimento da historicidade presente no local. O problema se aprofunda ainda mais quando pensamos em qual espaço, da região metropolitana do Recife, seria possível a apresentação dessas manifestações, na mesma proporção em que a encontramos nesse momento.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Estamos diante de um conjunto de problemas decorrentes do princípio da patrimonialização, temos um Conjunto Paisagístico tombado em dois níveis institucionais: Governo Federal (IPHAN) e Prefeitura Municipal do Recife (Lei de Uso e Ocupação do Solo), sendo administrado pela segunda instituição, cujo uso e práticas ali presentes, vai de encontro ao estabelecido na legislação vigente em ambos os níveis institucionais. A patrimonialização tem como princípios, na sua essencialidade, a preservação, a salvaguarda, e a

conservação, além das limitações legais de uso, principalmente no que diz respeito a possíveis depredações. Porém, o Conjunto Paisagístico do Sítio da Trindade tem, como peculiaridade, o uso como local de festividades, antes do seu tombamento, as festas iniciadas em 1961 pelo Movimento de Cultura Popular, já estavam integradas ao cotidiano de lazer dos moradores do local e de visitantes, fazendo parte do calendário festivo da Prefeitura, quando o tombamento pelo IPHAN em 1974 foi homologado. Muito embora o fenômeno da patrimonialização e preocupação com o resgate de memória e conservação, tenha seu auge ocorrido no final dos anos 1980 e início de 1990, a legislação já estabelecia limites de uso para os bens patrimonializados, de qualquer forma, as festas permaneceram até os dias atuais, além de outros usos cotidianos esporádicos. A sobreposição do uso pelo poder municipal, sobre as limitações impostas pelo poder federal, provoca a sobreposição cultural, uma vez que o Sítio da Trindade está mais relacionado com as festividades que ali ocorrem, do que com os fatos históricos inerentes ao local, ressaltando que as festividades mencionadas são manifestações de folguedos populares cíclicos e, embora utilizados de forma que vão de encontro à política de preservação patrimonial, também são necessários como forma de preservação cultural, gerando, com isso, um conflito que deva ser discutido amplamente. Essa discussão, entendemos, poderia se dar com a aplicação da Conservação Integrada, estabelecida na Declaração de Amsterdã em 1975, embora tenha uma preocupação com o patrimônio arquitetônico, naquele momento, pode ser considerado, uma vez que se apoia em três condicionantes possíveis de implementação no caso do Conjunto Paisagístico do Sítio da Trindade. Os três condicionantes são: o monumento (considerando o patrimônio nos seus diversos modelos arquitetônico, etnológico, paisagístico, artístico, arqueológico ou histórico); a intervenção (planejar a forma de atuar na gestão do uso e das práticas); e a educação patrimonial (tornar visível a historicidade do local, permitindo, também, que as manifestações festivas cíclicas se manifestem de modo controlado)

O grande problema que devemos enfrentar, é procurar entender, independente dos eventos serem consequências do MCP e, em detrimento do conjunto paisagístico, arqueológico e histórico, presentes no Sítio da Trindade, e toda a legislação vigente que regula esse espaço e seus diversos aspectos, como os usos e práticas são desenvolvidos naquele local.

**PALAVRAS CHAVES:** Sítio da Trindade; Forte do Arraial do Bom Jesus; Sobreposição Cultural; Patrimonialização;

REFERÊNCIAS:

- BAUDRILLARD**, Jean. Simulacros e Simulação. Ed. Livros do Brasil, SP 2009.
- CASTELLS**, Manuel. O poder da Identidade. Ed. Paz e Terra, SP, 2009.
- CHOAY**, Françoise. **Alegoria do Patrimônio. Ed.70. Lisboa, 2000.**
- DIAS**, Reinaldo. Turismo e Patrimônio Cultural. Ed Saraiva, SP. 2006.
- FUNARI**, Paulo. **PELEGRINI**, Sandra. Patrimônio Histórico e Cultural. RJ, Jorge Zahar Editores, 2009.
- HUYSEN**, Andreas. Seduzidos pela Memória. Ed. Aeroplano. SP, 2009.
- HARVEY**, David. A condição Pós-Moderna. Ed. Loyola.SP, 1992.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS**. Sítio Oficial [www.museus.gov.br](http://www.museus.gov.br).
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARTÍSTICO NACIONAL**. Sítio Oficial [www.iphan.gov.br](http://www.iphan.gov.br).
- JEUDY**, Henry Pierre. Memórias do Social. Ed.Forense Universitária, SP,1993.
- LE GOFF**, Jacques. Documento e Monumento. Ed.UNICAMP. SP, 1996.
- LAPA**, T. e **ZANCHETTI**, S. Conservação Integrada Urbana e Territorial, IN CECI, Gestão de Patrimônio Cultural Integrado, Recife. Ed. Universitária, UFPE. 2002.
- MENESES**, Ulpiano Toledo Bezerra de. O campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas. In: FORUM NACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL, 1., 2009, Ouro Preto. Anais... Brasília: IPHAN, 2012. V.2,t 1, p.25-39, Disponível em <http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=4181>. Acesso: 11 jun.2018 13
- OLIVEIRA**, Lucia Lippi. Cultura é Patrimônio: um guia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.
- PESAVENTO**, Sandra. História e História Cultural. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- ZANCHETTI**, Silvio. Monitoramento da Conservação de Áreas Urbanas Patrimoniais: os indicadores de autenticidade e integridade. CNPQ, 2007.